

Junho de 2023

Net Zero Survey Portugal

Corrida contra o tempo



pwc.pt/netzero-survey

Corrida contra o tempo para alcançar o objetivo Net Zero



Cláudia Coelho

Sustainability and Climate Change
Partner da PwC

As alterações climáticas não são um desafio do futuro, são uma realidade que tem que ser enfrentada hoje.

Os Governos e as empresas desempenham um papel crítico na resposta a este desafio, sendo a sua contribuição decisiva para alcançarmos um planeta mais sustentável. A expectativa dos consumidores, da sociedade em geral e dos próprios investidores é cada vez maior e é notória uma crescente complexidade do panorama regulatório, pressionando e promovendo a atuação das entidades governamentais e empresariais, incluindo do setor financeiro.

O aumento da ocorrência de eventos climáticos, a escassez de água, a perda de colheitas ou os danos em infraestruturas, podem resultar em crises alimentares, energéticas e sanitárias com consequências devastadoras para a sociedade e para a estrutura económica das empresas.

É por isso essencial que as empresas conheçam e compreendam os principais riscos e oportunidades associadas às alterações climáticas e à transição para uma economia Net Zero.

Neste contexto, as empresas precisam de definir e comunicar uma estratégia robusta no que toca às suas ações ambientais e climáticas. O insucesso na divulgação de políticas que são entendidas como uma responsabilidade corporativa representa uma forte ameaça reputacional, pelo que o reporte assume cada vez mais uma enorme importância.

A ambição para uma economia Net Zero continua a aumentar, mas o progresso na descarbonização não tem vindo a evoluir à velocidade necessária. Eventos inesperados, como a pandemia de COVID ou a guerra na Ucrânia, e as suas consequências económicas e os atuais desafios dos preços de energia, os países e empresas têm decisões importantes a tomar para o futuro.

Apesar de todos os obstáculos, tem-se verificado um aumento no número de empresas comprometidas com o objetivo Net Zero, e parecem estar prontas para tirar partido de algumas novas oportunidades.

As empresas com maior ambição e foco na antecipação irão apresentar vantagens competitivas face às que se limitem a cumprir as exigências legais e de regulação.

Enfrentamos uma corrida contra o tempo e este é o momento crítico de passar das palavras às ações.



A questão que se coloca é: **Como colocamos a ação climática no topo da agenda de transformação?"**

O estudo que aqui apresentamos teve como base as respostas de 50 gestores de empresas em Portugal inquiridos em 2022, de diversos setores de atividade económica.

O seu principal objetivo está na compreensão de qual o atual nível de maturidade das empresas nacionais relativamente ao tema Net Zero, que metas têm as empresas definidas para o efeito, bem como que medidas estão a implementar e de que forma estão a monitorizar os seus resultados.

Agradecemos a todos aqueles que despenderam do seu tempo para participar no nosso inquérito, dando o seu valioso contributo para a realização deste estudo.

Para atingir o Net Zero...

É necessário traçar o caminho a percorrer

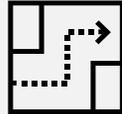
Identificar e avaliar os riscos e impactos climáticos



Identificar e priorizar riscos e oportunidades climáticas ajuda as empresas a avaliar as implicações de valor e as iniciativas de mudança.

As avaliações de impacto permitem a compreensão de como as diferentes atividades contribuem para a economia, o meio ambiente e a sociedade para considerar o impacto líquido das ações além dos resultados financeiros.

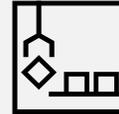
Desenvolver a estratégia Net Zero



É essencial que as empresas compreendam e tenham a capacidade de avaliar as questões de sustentabilidade que são críticas para a sua atividade.

Definir uma estratégia que tenha no seu core o objetivo de responder aos desafios do desenvolvimento sustentável é fundamental para que as empresas definam as suas áreas de atuação prioritárias e garantam o seu sucesso futuro.

Transformar as operações



O alinhamento do modelo operacional da empresa com a estratégia definida para atingir o objetivo Net Zero, permitirá colocar o foco em áreas prioritárias:

- investimento;
- capacitação da força de trabalho;
- gestão da cadeia de abastecimento;
- design de produtos e serviços;
- investimento em I&D;
- design e investimento em infraestrutura;
- experiência do cliente.

Relatar resultados com transparência

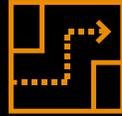


A transparência quanto às métricas recolhidas e monitorizadas e a sua divulgação por meio de relatórios internos e externos constitui um fator cada vez mais importante para a capacidade de as empresas atraírem e manterem investimentos responsáveis, bem como para a gestão da sua reputação no mercado.

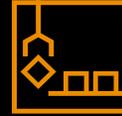
Alguns resultados...



Identificar e avaliar os riscos e impactos climáticos



Desenvolver a estratégia Net Zero



Transformar as operações



Relatar resultados com transparência

42%

42% fizeram uma avaliação quantitativa dos riscos e oportunidades

34%

apenas realizaram uma análise qualitativa

66%

identificaram a utilização de recursos como principal impacto esperado para a sua atividade

64%

compreendem o significado de alcançar o objetivo Net Zero

18%

têm plena noção do impacto do Net Zero para a sua empresa

22%

têm definidas metas Net Zero

44%

implementaram medidas para o envolvimento dos seus fornecedores (ou estão a fazê-lo)

40%

têm um plano de ação delineado para a redução das suas emissões

84%

indicaram a eficiência energética como principal via para a redução das suas emissões

60%

divulgam informação sobre a sua estratégia e desempenho na área do carbono

83%

comunicam os seus dados relativos ao carbono através de um relatório de sustentabilidade

33%

têm de alguma forma em consideração as recomendações TCFD no seu reporte

A emergência das alterações climáticas

Os impactos das alterações climáticas estão cada vez mais presentes no nosso quotidiano. A devastação causada em muitas geografias por inundações severas, ondas de calor prolongadas e pelos mais longos períodos de seca vividos na história recente.

O grau de urgência tem aumentado de forma alarmante no que toca à necessidade de tomar ações de preservação e recuperação dos ecossistemas naturais e da biodiversidade. As consequências de não haver uma reação atempada na resolução destas questões representam riscos muito graves para o planeta e para as gerações futuras.

Desde o início do século XX que o número de desastres naturais registados com origem em eventos de clima extremo tem aumentado de forma acentuada. Da mesma forma, o volume de perdas económicas a nível global têm apresentado um crescimento significativo, tendo atingido o seu auge em 2017, atingindo perto de 520 mil milhões de dólares.

De acordo com a análise realizada pelo Fórum Económico Mundial nos últimos anos e com os resultados publicados que identificam os principais riscos que ameaçam a estabilidade global, é possível verificar uma crescente preeminência ao longo da última década dos temas ambientais (1).

De facto, em 2023, quatro dos cinco maiores riscos de impacto são de natureza ambiental: falhar a ação climática, falhar a adaptação climática, desastres naturais e perda de diversidade.

As questões ambientais têm, assim, vindo a ganhar cada vez maior relevância no panorama internacional.

Contudo, a perceção dos inquiridos pelo *Global Risks Report* do FEM em 2022 é que muito pouco está, de facto, a ser realizado.

77% dos respondentes consideram mesmo que os esforços para mitigar os efeitos das alterações climáticas ainda não foram efetivamente tomados, ou estão ainda numa fase embrionária de desenvolvimento.

Neste sentido, a pressão exercida sobre os Governos e os negócios para que tomem uma atitude é cada vez maior.

Perdas económicas globais devido a catástrofes ambientais

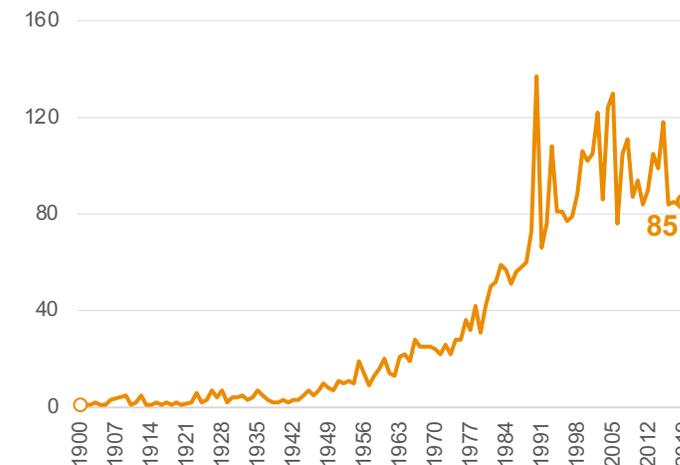
Mil milhões de USD



Fonte: European Forest Fire Information System através do Statista

Desastres naturais provocados por clima extremo

1900-2019 | Número



Fonte: Weather, Climate & Catastrophe Insight - 2021 Annual Report

A urgência na aceleração da resposta

Na abertura da Cimeira de Alterações Climáticas em Sharm El Sheikh (COP27), o secretário geral da ONU, António Guterres, referiu que a humanidade se encontra numa “estrada para o inferno climático com o pé no acelerador”.

Apesar da crescente exigência regulatória em matéria de alterações climáticas, segundo as conclusões do estudo *Net Zero Economic Index 2022 da PwC*, a taxa de descarbonização verificada em 2021 foi de apenas 0,5%, o que constituiu o mais baixo em mais de uma década.

É presentemente necessário que se registe uma taxa anual de descarbonização de 15,2% para ser cumprido o objetivo de um aumento máximo da temperatura global de 1,5°C até 2030.

Estamos, globalmente, muito afastados daquele que é um objetivo comum que é crítico para o equilíbrio do nosso planeta e as empresas – pressionadas pela regulação, pelos *stakeholders* e pela sociedade em geral – não podem continuar a ignorar as consequências de não adotarem políticas de redução das suas emissões de carbono.

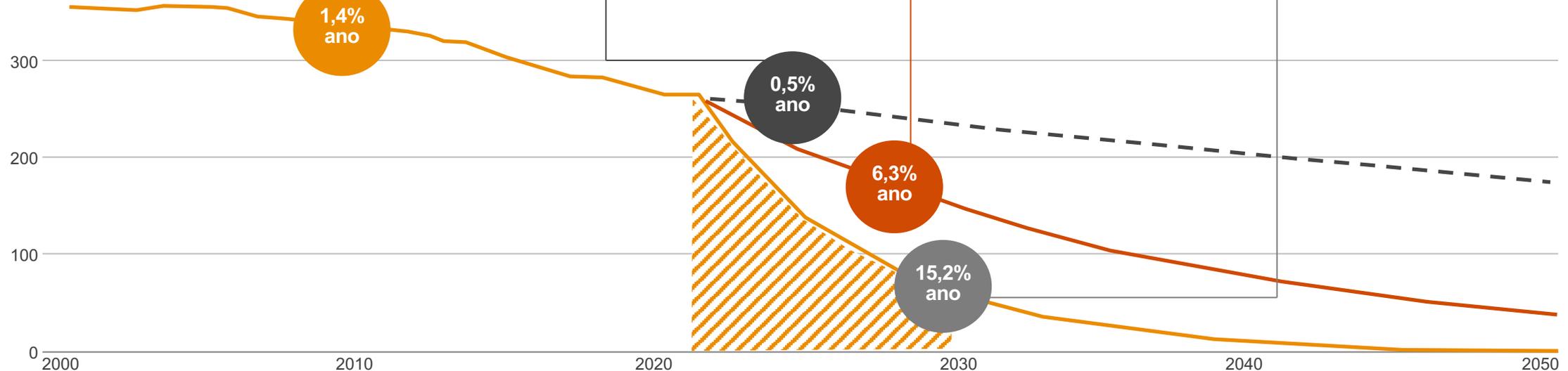
Intensidade global de carbono desceu, em média, 1,4% ao ano entre 2000 e 2021

Intensidade global de carbono desceu 0,5% em 2021

Para limitar aquecimento em 2°C é necessária uma taxa anual de descarbonização de 6,3%

Para limitar aquecimento em 1,5°C é necessária uma taxa anual de descarbonização de 15,2%

Intensidade carbónica em toneladas de CO₂/PIB em milhões de USD



É necessária uma redução da intensidade carbónica em 77% durante esta década para limitar o aquecimento global a 1,5°C

Fonte: PwC. *Net Zero Economy Index 2022*

Identificar os riscos climáticos

As empresas começam a estar conscientes dos riscos atuais e potenciais das alterações climáticas, e de que os mesmos são aplicáveis independentemente da atividade desenvolvida ou do setor de atuação. É impossível passar ao lado.

Podemos categorizar os riscos climáticos em dois grandes grupos, os físicos e os de transição.

São considerados riscos físicos aqueles que têm um impacto direto na atividade e resultam de impactos climáticos agudos ou crónicos. Enquanto os riscos agudos estão associados aos danos para os ativos – como são exemplo os ciclones, inundações costeiras e fluviais, incêndios florestais –, os crónicos reportam aos custos de climatização (caso das temperaturas extremas).

Já os de transição são consequência de uma necessidade de adaptação dos modelos de negócio a uma economia mais descarbonizada. Nestes consideram-se os riscos regulamentares, de mercado, tecnológicos ou reputacionais.

O processo de identificação e avaliação dos riscos climáticos é fundamental para que as empresas estejam preparadas para não só mitigar, mas sobretudo prevenir os seus impactos no negócio. Contudo, existe ainda um longo caminho a percorrer no que toca a este tema e o desafio passa pela integração desta natureza de riscos nos processos atuais de gestão de risco das empresas.

De acordo com os resultados do presente estudo, 66% das empresas inquiridas indicam ter as alterações climáticas presentes na sua agenda enquanto prioritárias e em análise. 32% responde que consideram este tema, mas apenas numa ótica de acompanhamento, enquanto 2% não consideram este tópico relevante.

Não obstante, é preocupante concluir que 60% diz não ter um plano de ação para a redução de emissões e/ou cumprimento das metas definidas. No que toca a uma avaliação dos riscos e das oportunidades relacionados com as alterações climáticas, 42% afirmam tê-la realizado e quantificado, enquanto 34% só o fizeram de forma qualitativa.

Realização de avaliação de riscos e oportunidades

Percentagem de respostas | n = 50

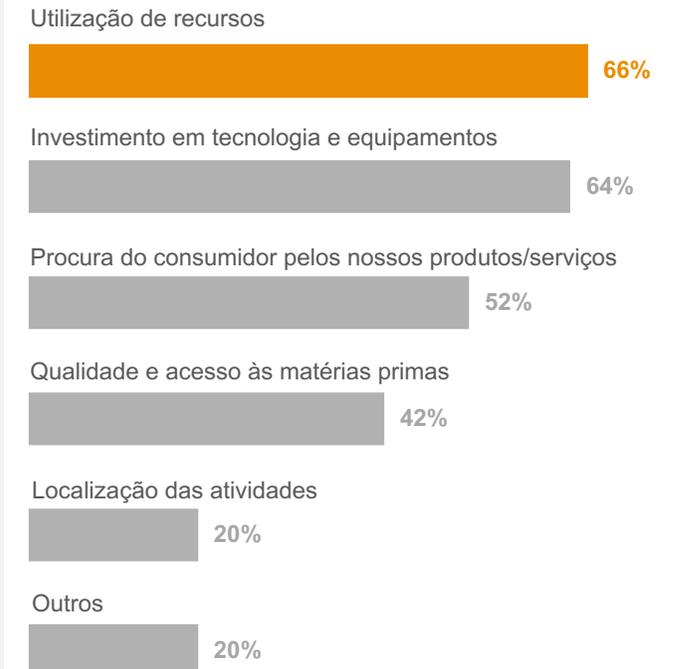


Fonte: Análise PwC

Quanto ao potencial impacto das questões climáticas para a atividade, a utilização dos recursos é o fator que reúne maior preocupação entre as empresas respondentes, com 66%, logo seguido do investimento em tecnologia e equipamentos (64%) e da procura do consumidor pelos produtos/serviços oferecidos (52%).

Impacto das alterações climáticas na atividade

Percentagem de respostas | n = 50



Fonte: Análise PwC

Classificação dos riscos climáticos físicos

É crítico que as empresas identifiquem os riscos climáticos físicos que são materiais para a sua atividade.

Note-se que a listagem de riscos físicos apresentada no quadro abaixo não é exaustiva, compreendendo apenas os fenómenos mais comuns e que devem constar de uma avaliação base da exposição a riscos climáticos.

Frequência	Elemento	Categoria de perigo
Crónicos	Temperatura	Stress térmico
Crónicos	Temperatura	Variações de temperatura (ar, água doce, águas marinhas)
Crónicos	Temperatura	Variabilidade térmica
Crónicos	Temperatura	Descongelamento do <i>permafrost</i>
Agudos	Temperatura	Vaga de calor
Agudos	Temperatura	Vaga de frio/geadas
Agudos	Temperatura	Incêndios florestais
Crónicos	Vento	Variações nos padrões dos ventos
Agudos	Vento	Ciclone, furacão
Agudos	Vento	Tempestade (neve, poeira, areia)
Agudos	Vento	Tornado
Crónicos	Recursos hídricos	Alteração dos regimes e tipos de precipitação (chuva, granizo, neve / gelo)
Crónicos	Recursos hídricos	Variabilidade hidrológica ou de precipitação
Crónicos	Recursos hídricos	Acidificação dos oceanos

Frequência	Elemento	Categoria de perigo
Crónicos	Recursos hídricos	Intrusão salina
Crónicos	Recursos hídricos	Subida do nível do mar
Crónicos	Recursos hídricos	Pressão sobre os recursos hídricos
Agudos	Recursos hídricos	Seca
Agudos	Recursos hídricos	Forte precipitação fortes (chuva, granizo, neve/gelo)
Agudos	Recursos hídricos	Inundações (costeira, fluvial, pluvial, subterrânea)
Agudos	Recursos hídricos	Roturas de lagos glaciares
Crónicos	Massas sólidas	Erosão costeira
Crónicos	Massas sólidas	Degradação dos solos
Crónicos	Massas sólidas	Erosão dos solos
Crónicos	Massas sólidas	Solifluxão
Agudos	Massas sólidas	Avalanches
Agudos	Massas sólidas	Deslizamentos de terras
Agudos	Massas sólidas	Aluimentos

A necessidade de conhecer e reduzir a pegada de carbono

A pegada de carbono é definida como o total de emissões causadas por uma pessoa, evento, organização ou produto, expresso em toneladas de CO₂ ou CO₂ equivalente por ano (incluindo também as emissões de outros gases de efeito estufa, tais como o metano, óxido nitroso, o hidrofluorcarboneto ou perfluorocarbonetos).



Tipos de emissões

Âmbito 1

Emissões resultantes de fontes detidas ou controladas pela Organização (como as que resultam da combustão de combustíveis fósseis nos processos industriais de fabrico, aquecimento e transporte)

Âmbito 2

Emissões provenientes da produção de eletricidade, vapor ou calor/frio comprados pela Organização.

Âmbito 3

Emissões que resultam das atividades da Organização mas que ocorrem em fontes não detidas ou controlados pela mesma.

66% do total de inquiridos pelo nosso *survey* dizem realizar, ou já o ter feito em algum momento, um inventário das suas emissões de gases com efeito estufa.

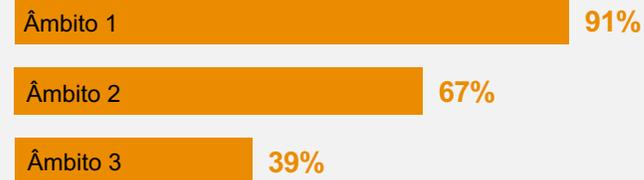
Entre estes, a quase totalidade indica considerar para o cálculo da sua pegada de carbono as emissões diretas (âmbito 1), enquanto 67% consideram também as emissões relacionadas com o consumo energético e de climatização (âmbito 2).

No que toca às emissões de âmbito 3 apenas 39% das entidades que calculam a pegada de carbono as contabilizam. Considerando que é neste âmbito que se concentra a grande maioria da produção de CO₂, um maior esforço de monitorização destas outras emissões indiretas é fundamental para que as empresas implementem iniciativas para a sua redução eficaz.

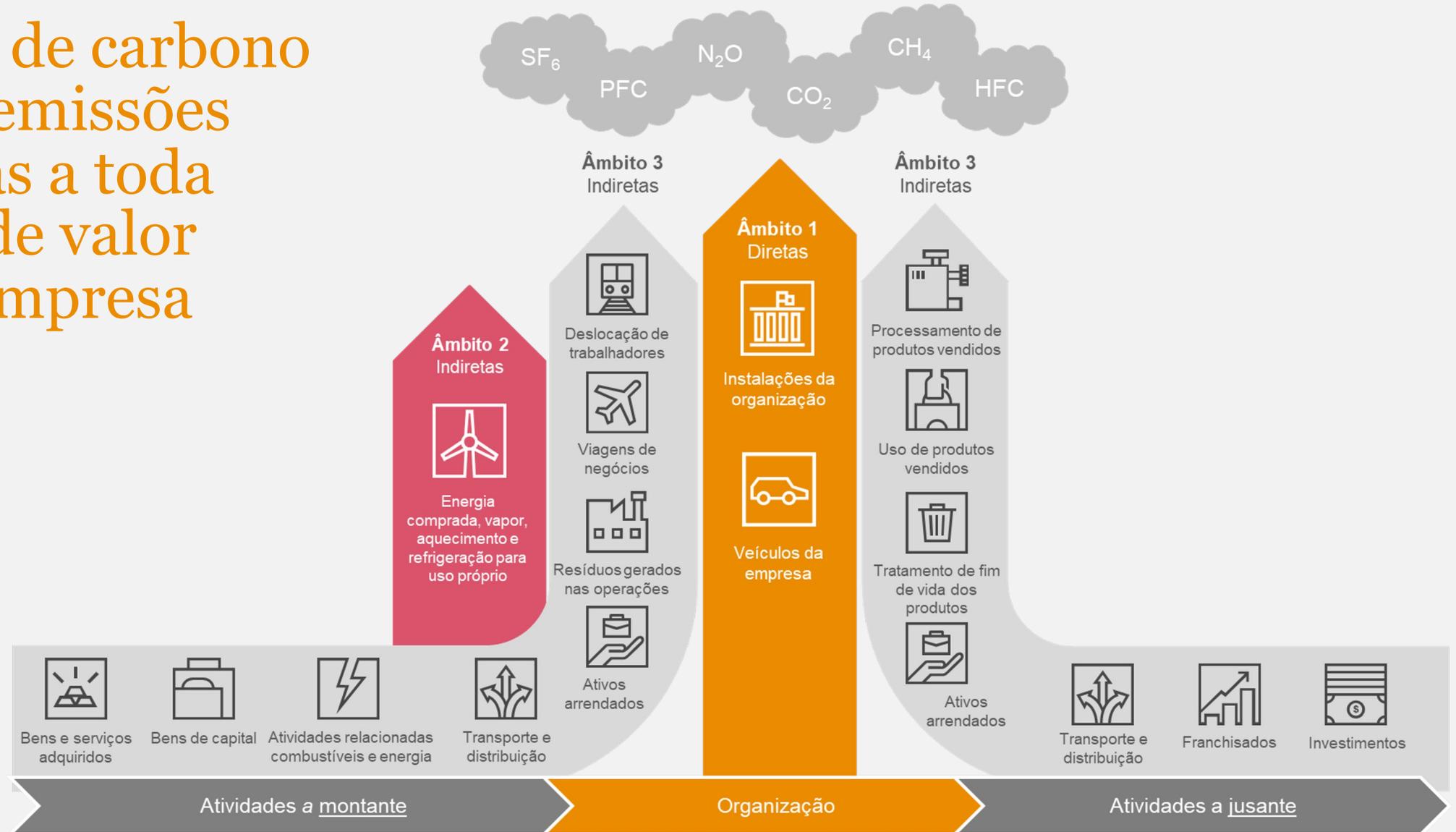
Nos resultados apurados, as viagens em trabalho são o único fator contabilizado pela totalidade dos inquiridos. Seguem-se as deslocações entre casa e trabalho realizadas pelos colaboradores (77%), sendo o top 3 encerrado pela aquisição de matérias primas e serviços (62%).

Cálculo da pegada de carbono

Percentagem de respostas | n = 33



A pegada de carbono inclui as emissões associadas a toda a cadeia de valor de uma empresa



Fonte: Adaptado de Greenhouse Gas Protocol

Iniciativas e compromissos com a sustentabilidade ambiental

Ainda que se verifique uma tendência para que a definição de metas climáticas pelas empresas se torne obrigatória, muito por força da multiplicidade de iniciativas regulatórias e legislativas, as empresas que o façam voluntariamente apresentam vantagens competitivas.

De facto, não só a adoção antecipada de medidas evitará a um aumento dos custos necessários para responder a estas exigências, como proporcionará uma menor exposição do negócio a futuros riscos evitando e/ou minimizando o impacto na rentabilidade.

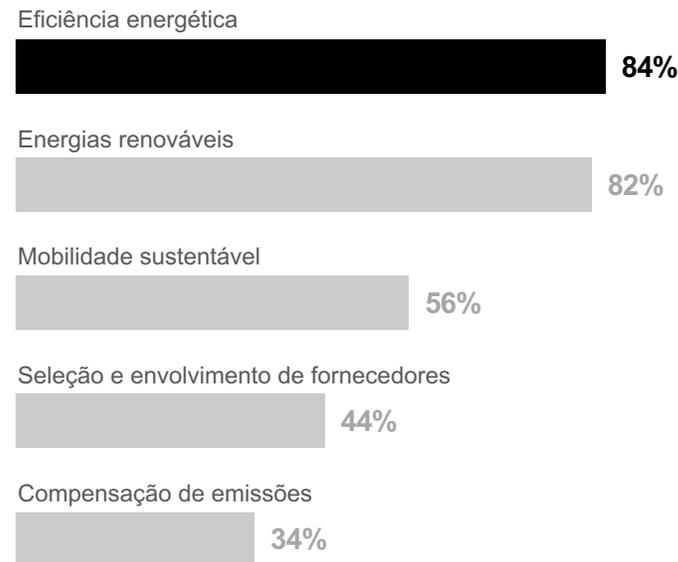
Como vimos anteriormente, 66% das empresas respondentes ao nosso inquérito identificam a disponibilidade de recursos como o principal impacto das alterações climáticas na sua atividade, resultado alinhado com os resultados de outra análise da PwC, onde se apurou que 55% do PIB global está dependente da natureza de forma moderada ou elevada. A exposição dos negócios aos riscos naturais pode ser surpreendentemente extensa, e esta dependência traduz-se, igualmente, num risco de exposição para os investidores (2).

Assim, a criação de um projeto voluntário de descarbonização constitui um fator que potencia simultaneamente a atração de investimento e uma promoção reputacional das empresas.

Quando questionadas sobre o tipo de medidas que têm implementadas, ou que tencionam implementar, para a redução das suas emissões, 84% das empresas referem a eficiência energética, e 82% as energias renováveis como principais iniciativas.

Principais medidas de redução das emissões

Percentagem de respostas | n = 50

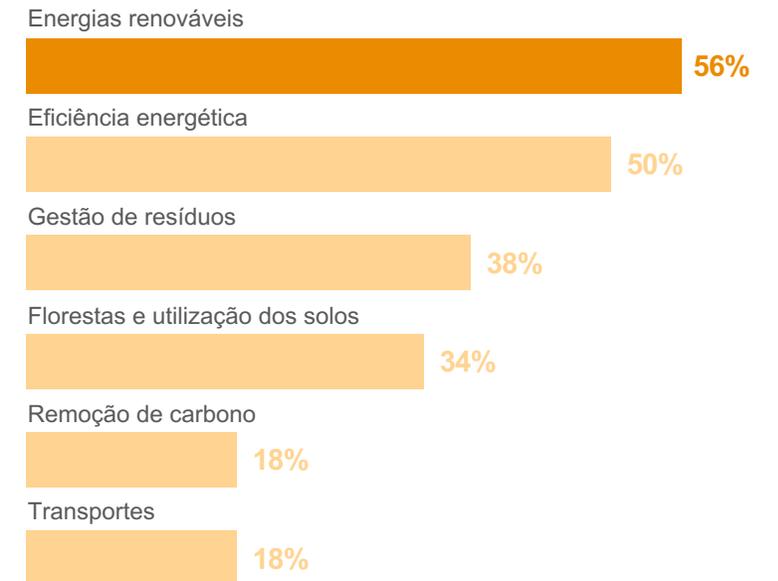


Fonte: Análise PwC

34% apontam a compensação de emissões como principal via. Entre estes respondentes, o investimento em energias renováveis é apresentado como principal projeto de compensação (56%).

Projetos de compensação de emissões

Percentagem de respostas | n = 50



Fonte: Análise PwC

Algumas iniciativas regulatórias e legislativas para a promoção da sustentabilidade das economias

- ↓

Diretiva CSRD
 Diretiva que torna obrigatória a elaboração de um relatório de sustentabilidade, incluindo uma norma específica sobre reporte de alterações climáticas, com foco em riscos e oportunidades, metas e desempenho alcançado
- ↓

Regulamento de Taxonomia
 Sistema de classificação para atividades económicas consideradas sustentáveis do ponto de vista ambiental. Constitui um elemento importante numa estrutura de financiamento sustentável mais ampla, que irá fornecer ferramentas para financiar a transição, criando critérios e métricas objetivas de avaliação.
- ↓

Diretiva de Due Diligence (CSDDD)
 Tem o objetivo de mitigar o impacto das cadeias de valor globais nos direitos humanos e na conservação do ambiente. As grandes empresas terão de ter um plano de transição climático compatível com os objetivos do Acordo de Paris
- ↓

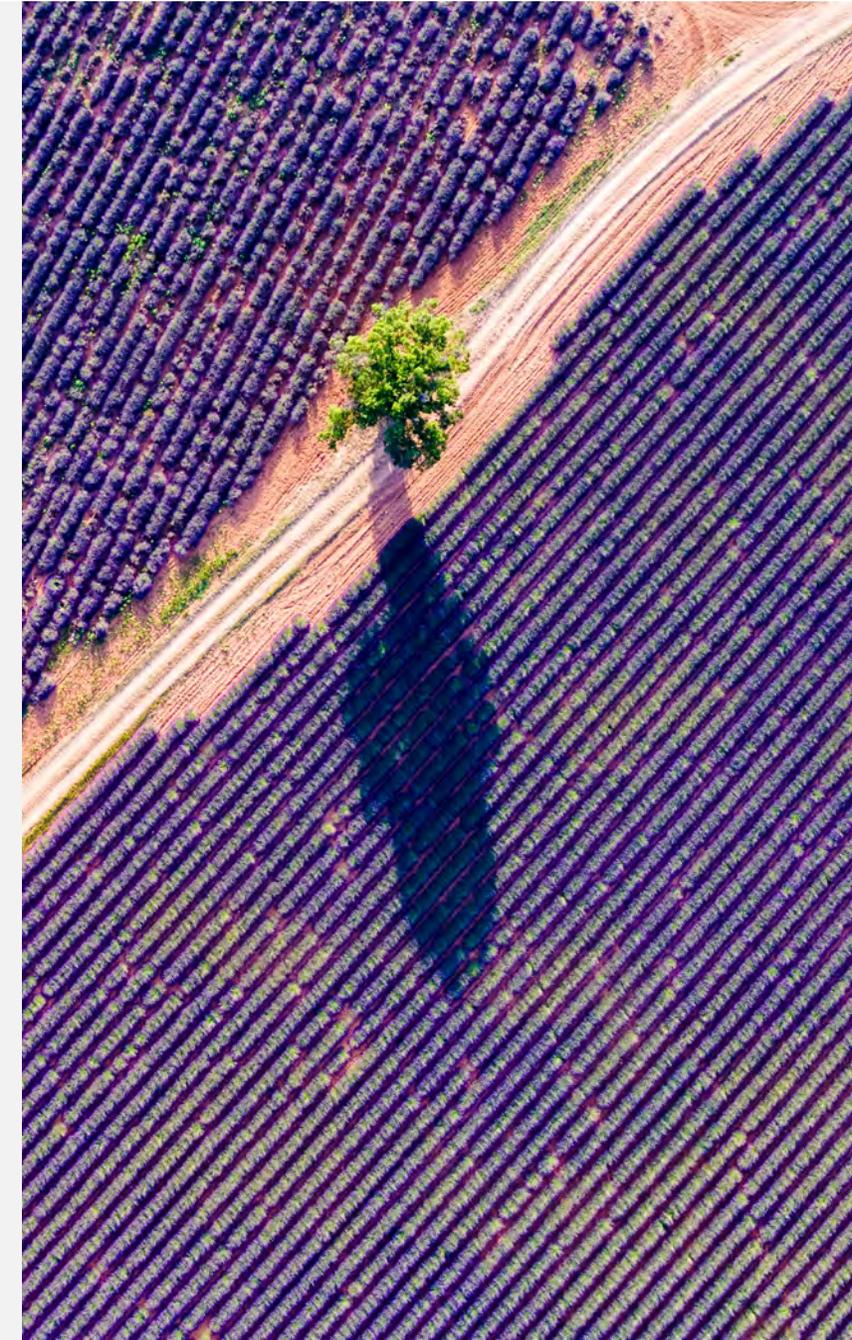
Pacto Ecológico Europeu
 Pacote de iniciativas estratégicas que pretende colocar a UE no caminho para a transição ecológica, com o objetivo de alcançar a neutralidade climática até 2050.
- ↓

Fit for 55
 Conjunto de propostas destinadas a rever e a atualizar a legislação comunitária europeia, que pretende criar novas iniciativas com o objetivo de assegurar a concordância entre as políticas adotadas e os objetivos climáticos definidos.
- ↓

Lei de Bases do Clima
 Políticas nacional de atuação na área das alterações climáticas.
- ↓

Roteiro para a Neutralidade Carbónica (RNC2050)
 Define a visão e as orientações para que Portugal atinja a neutralidade carbónica até 2050.
- ↓

Regulamento da UE sobre produtos livres de desflorestação
 Visa impedir as importações de produtos agrícolas e pecuários provenientes de áreas florestais desflorestadas ou degradadas, nomeadamente gado (seja vivo, carne ou couro), cacau, café, óleo de palma, soja, madeira e borracha.



O pacote de medidas “Fit for 55”

O pacote de medidas “Fit for 55” consiste num conjunto de propostas destinadas a rever e a atualizar a legislação comunitária europeia. Adicionalmente, pretende criar novas iniciativas com o objetivo de assegurar que as políticas da União Europeia estão em concordância com o que são os objetivos climáticos definidos pelo Conselho e pelo Parlamento Europeu.

Reforma no sistema de comércio de licenças de emissão da UE (CELE)

O sistema fixa o preço do carbono e permite às empresas obter licenças consoante o volume de gases com efeito de estufa emitidos. A reforma feita neste mecanismo trouxe várias alterações, nomeadamente, metas de redução das emissões mais ambiciosas, redução mais rápida do limite da emissão de licenças, abrangência de novos setores, nomeadamente, transporte marítimo, o setor dos edifícios e transporte rodoviário, eliminação gradual da atribuição de licenças de emissão a título gratuito, maior financiamento para a descarbonização dos setores abrangidos e a criação de um fundo para fazer face ao impacto da tarifação do carbono.

Mecanismo de ajustamento carbónico fronteiriço (MACF)

Em conformidade com as regras do comércio internacional, esta medida centra-se no controlo das importações de produtos com elevada intensidade de carbono. Abrange produtos como o cimento, alumínio, adubos, produção de energia elétrica, ferro e aço.

REfuelEU aviação e FuelEU transportes marítimos

Pretende incentivar a utilização de biocombustíveis avançados e eletrocombustíveis no setor da aviação afim de reduzir significativamente a pegada de carbono do setor.

Nos transportes marítimos, a estratégia passa pela utilização de combustíveis renováveis e híper carbónicos. Numa fase inicial, o objetivo é reduzir até 75% das emissões provenientes da energia utilizada a bordo dos navios.

Fundo social para o clima

Visa proporcionar medidas de apoio e investimentos dos agregados familiares vulneráveis, das microempresas e dos utilizadores de transportes dado que os setores abrangidos por esta medida são o setor dos edifícios e transporte rodoviário.

Energias renováveis

Após a revisão feita à Diretiva Energias Renováveis, a meta atual da UE é aumentar o uso de energias renováveis para 40% até 2030.

Eficiência energética

Foi revista a atual Diretiva Eficiência Energética, alterando a meta de eficiência energética de 32,5% para 36% em relação ao consumo final de energia e para 39% em relação ao consumo de energia primária.

Tributação da energia

A revisão da tributação energética têm como principal objetivo alinhar a tributação dos produtos energéticos e da eletricidade, preservar e melhorar o mercado interno da UE atualizando a gama dos produtos energéticos e a estrutura das taxas e racionalizando a utilização das isenções e reduções fiscais pelos Estados-Membros e preservar a capacidade de gerar receitas para os orçamentos dos Estados-Membros.

Normas de emissões de CO2 para automóveis de passageiros e veículos comerciais ligeiros

As metas de redução das emissões de CO2 são reformuladas e fixadas em 100% para 2035. Prevê-se um aumento da produção das vendas de veículos de emissões nulas, modelos a preços acessíveis e menos despesas com energia.

Uso do solo e florestas (LULUCF)

A proposta da Comissão visa reforçar o contributo do setor do uso do solo, da alteração do uso do solo e das florestas (LULUCF) para o aumento da ambição global da UE em matéria de clima. É necessário inverter a tendência atual de diminuição da remoção de CO2 e aumentar o sumidouro natural de carbono em toda a UE.

Regulamento Partilha de Esforços

Este regulamento obriga os governos a reduzir as emissões, em mais de 60% nos setores do transporte rodoviário, agricultura, edifícios, pequenas indústrias e resíduos. Para ajudar a atingir estas metas estão delineadas algumas flexibilidades que podem ser utilizadas pelos Estados-Membros. Benefícios se o país emitir menos do que o seu limite, obtenção de crédito caso o país emita mais do que a dotação anual e compra e venda de excedentes entre si.

Infraestrutura para combustíveis alternativos

Assegurar que existem infraestruturas suficientes para (re)carregar ou (re)abastecer os automóveis, os camiões, os navios e os aviões com combustíveis alternativos (por exemplo, hidrogénio, metano liquefeito), com uma cobertura suficientemente boa em toda a União, para evitar a ansiedade por falta de autonomia.

O que significa ser Net Zero?

Atingir o objetivo Net Zero traduz-se em reduzir as emissões de carbono (ou equivalente) de forma a que estas não ultrapassem as que são removidas da atmosfera, procurando um equilíbrio estável.

Este é o objetivo global estabelecido pelo Acordo de Paris a atingir até 2050, e que implica a existência de metas de curto, médio e longo prazo, sendo a melhor prática a obtenção da validação da SBTi (*Science Based Targets Initiative*).

Nos casos em que as emissões não podem ser evitadas, é permitido às Organizações que recorram a créditos de carbono, desde que estes sejam provenientes de projetos que removam ativamente as emissões da atmosfera (3).

Para além deste caminho para atingir a meta Net Zero, a SBTi recomenda que a atuação das empresas vá para além da cadeia de valor respeitando uma hierarquia de mitigação, em que só depois do esforço em prevenir e reduzir emissões, canalizará recursos financeiros para apoiar projetos que reduzam, evitem ou removam carbono da atmosfera.

22%

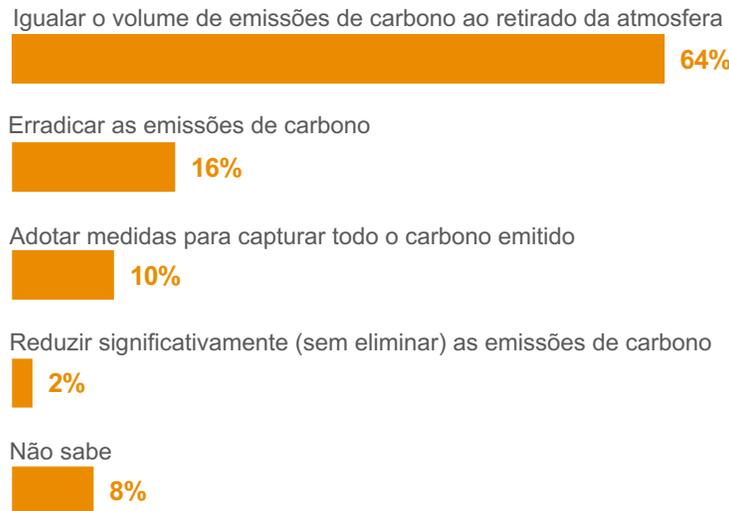
das empresas inquiridas indicaram ter definido uma meta Net Zero.

Atendendo aos resultados apurados pelo presente *survey*, verifica-se uma compreensão do que implica o objetivo Net Zero entre a maioria das empresas inquiridas. 64% referem que ter uma estratégia Net Zero consiste em igualar as suas emissões de carbono ao volume retirado da atmosfera.

Não obstante, não é de desconsiderar o número de empresas que apresenta ainda dúvidas sobre o que significa este objetivo, e 8% indica mesmo não ter se todo esse conhecimento.

Significado de uma estratégia Net Zero

Percentagem de respostas | n = 50



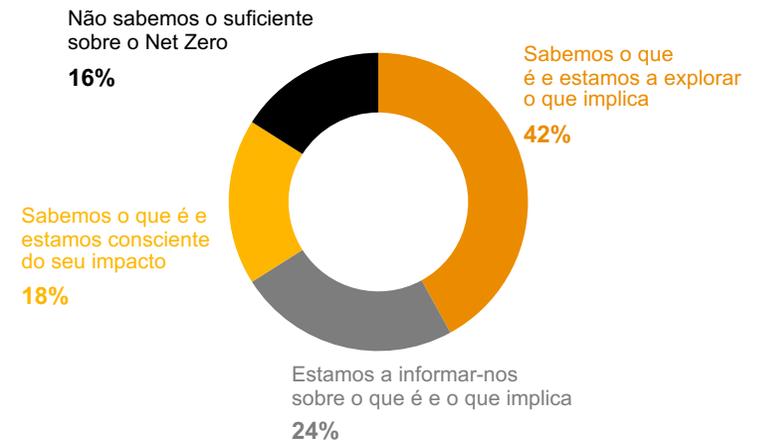
Fonte: Análise PwC

Ao nível das implicações para o negócio, 42% dos respondentes afirmam estar completamente cientes do que significa o Net Zero, estando ainda a explorar as mesmas. No entanto, apenas 18% afirma compreender de que forma é que este objetivo tem impacto para a sua empresa.

De facto, 40% das empresas inquiridas mostram não ter ainda conhecimento necessário sobre o Net Zero, nem do que representa para os seus negócios.

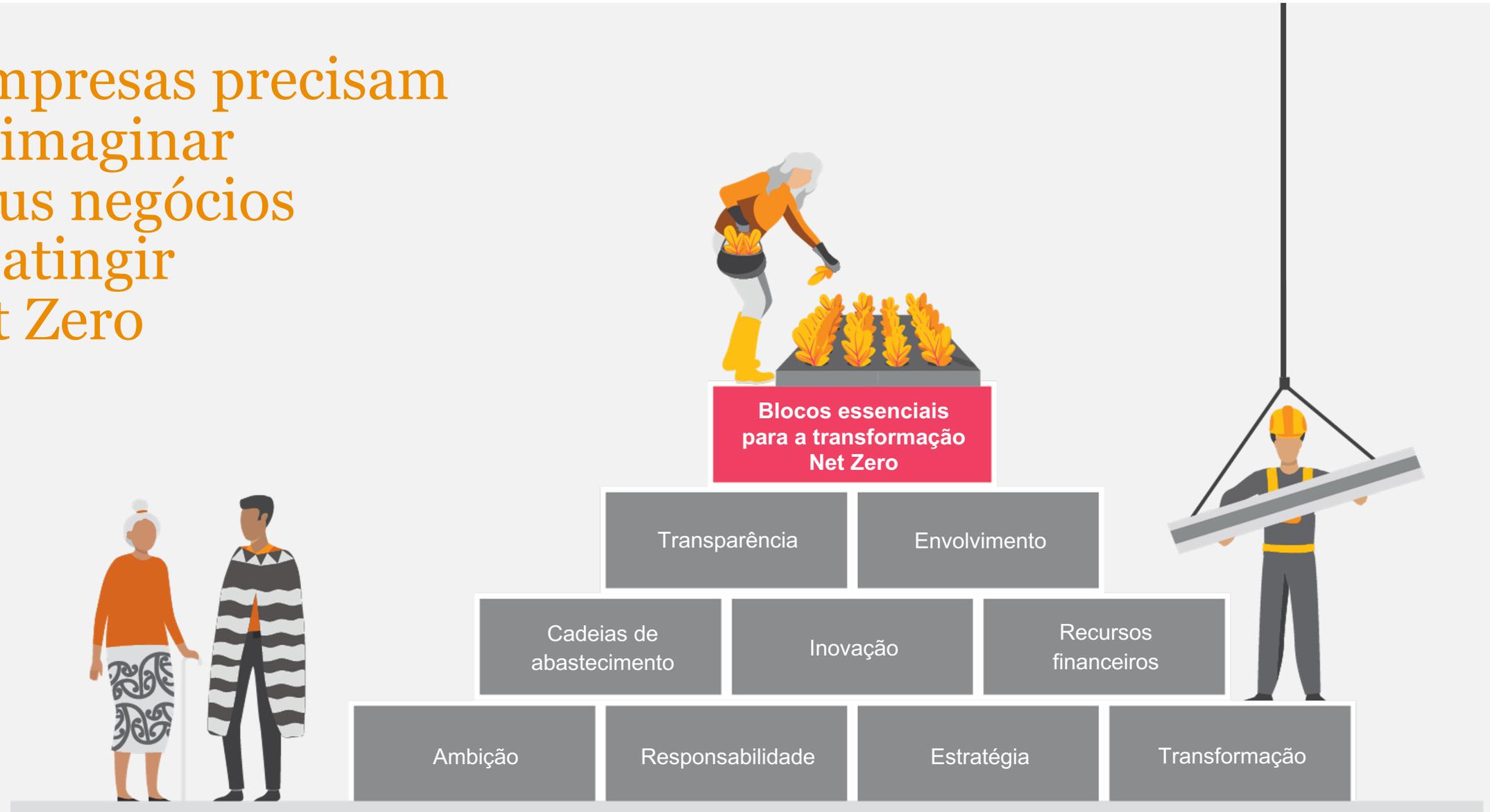
Compreensão das implicações do Net Zero para as empresas

Percentagem de respostas | n = 50



Fonte: Análise PwC

As empresas precisam de reimaginar os seus negócios para atingir o Net Zero



O imperativo de as empresas transformarem as suas operações

A transição para uma economia Net Zero representa uma transformação profunda da economia, com implicações no modelo de negócio e nas operações das organizações e com um investimento associado.

Deste modo, é essencial o alinhamento do modelo operacional da empresa com a estratégia definida para atingir o objetivo Net Zero, em áreas como:

- a análise e seleção de novos investimentos;
- o acesso a financiamento;
- a mudança na cultura e a capacitação da força de trabalho;
- a gestão sustentável da cadeia de abastecimento;
- o design de produtos e serviços adaptados à economia Net Zero;
- o investimento em I&D;
- a experiência do cliente.

É por isso mais do que nunca fundamental que Governos e empresas implementem políticas de ação concreta, e que façam um investimento sério nesta transição para uma economia Net Zero. Para tal, o compromisso com as alterações climáticas e com a sustentabilidade ambiental precisam de estar no topo da agenda dos executivos.

Contudo, a conjuntura geopolítica e económica atual veio ameaçar os compromissos e planos de ação em matéria de alterações climáticas.

As preocupações com a rentabilidade e operacionalidade do negócio tendem a manter-se no topo da agenda dos CEO.

É ilustrativo desta realidade o facto de, no mais recente *CEO Survey Global* da PwC os líderes tenderem a considerar a exposição dos seus negócios às questões macroeconómicas mais preocupante.

Com efeito, 57% dos CEO portugueses consideram que o seu negócio estará pouco vulnerável nos próximos 12 meses no que toca aos riscos físicos e de transição decorrentes das alterações climáticas. Apenas 9% consideram estar muito ou extremamente expostos durante este ano, percentagem que duplica num horizonte a 5 anos.

Não obstante, 32% dos executivos em Portugal planeiam realizar investimentos nos próximos 12 meses com o objetivo de descarbonizar o seu modelo de negócio. Olhando para as ações em curso ou já implementadas pelas empresas no sentido de concretizarem uma redução das emissões originadas pela sua atividade, 50% dos CEO portugueses afirmam já ter concluído iniciativas nesse sentido (27% no global).

Questionadas acerca do estado de execução de iniciativas para atribuir ao carbono um preço interno para a tomada de decisão, 55% responde não ter qualquer intenção de seguir nesse sentido, mas 47% dos respondentes acreditam que a aplicação desta medida seria bastante importante (4).

A gestão da cadeia de valor

Para concretizar o objetivo Net Zero e responder às exigências de todos os *stakeholders*, é necessário tomar medidas para a transformação das cadeias de valor, quer a montante (cadeia de abastecimento), quer a jusante (oferta de produtos e serviços).

A adaptação dos negócios para responder a estes desafios passa pelo estabelecimento de parcerias com fornecedores ambientalmente responsáveis, e/ou através da procura por recursos materiais alternativos e inovadores. Avaliar de perto a sua cadeia de abastecimento irá potenciar a reputação e transparência das empresas e será uma necessidade para dar resposta a regulação em desenvolvimento, como é o caso da Diretiva de *Due Diligence* aplicável às cadeias de valor.

44% dos inquiridos pelo nosso survey dizem já ter implementado - ou ter em conta - medidas para o envolvimento dos seus fornecedores neste processo.

Do lado da oferta, a sua otimização – recorrendo à tecnologia e a modelos de economia circular –, irá permitir que as empresas não só reduzam os seus custos operacionais, mas também aumentem a sua eficiência e potenciem a satisfação dos seus clientes. A análise do atual portefólio de produtos e serviços para verificar o alinhamento da oferta com a economia Net Zero é fundamental para garantir a minimização dos riscos e que é retirado partido das oportunidades.

Esta transformação permitirá não só a construção de uma reputação mais sólida entre os consumidores – que apresentam cada vez mais uma preferência por negócios com responsabilidade ambiental –, mas também entre os investidores que exigem cada vez mais uma forte capacidade de governação ambiental, social e corporativa.

O papel dos investidores

As expectativas e pressão dos investidores representam um dos maiores drivers atuais para a adoção e implementação de políticas de sustentabilidade nas empresas.

Esta tendência está presente nos resultados do *Global Investor Survey da PwC*. Em 2021 79% dos inquiridos afirmou incluir na sua tomada de decisão a gestão dos riscos ESG enfrentados pelas empresas, sendo que em 2022 75% dos investidores indicou considerar relevante a implementação de iniciativas para a redução das emissões enquanto medida de adaptação. (5)(6)

Com efeito, nos últimos anos tem-se registado um crescimento significativo dos investimentos efetuados em ativos sustentáveis, que vem atingindo anualmente valores máximos – com a quota global investida nesta tipologia, em 2020 a atingir os 18%.

Olhando para as projeções para 2025 é apontado um crescimento de 106%, o que se traduz numa quota global de 37%. (7)

A região da EMEA apresentou-se enquanto líder, com quotas na ordem dos 21% e deverá manter a mesma tendência, estando previsto que detenha quase metade da quota mundial em 2025 (47%). (7)

As *green bonds* continuam a apresentar-se como o produto com maior investimento registado em 2022, sendo o escolhido por 65% dos investidores. (8)

Ainda que os investidores tenham uma expectativa de que as empresas se foquem primeiramente em garantir a inovação (83%) e uma performance financeira positiva (69%), estes consideram também relevante a redução das emissões de gases com efeito de estufa (44%) e a garantia de práticas responsáveis por parte da cadeia de valor (36%).

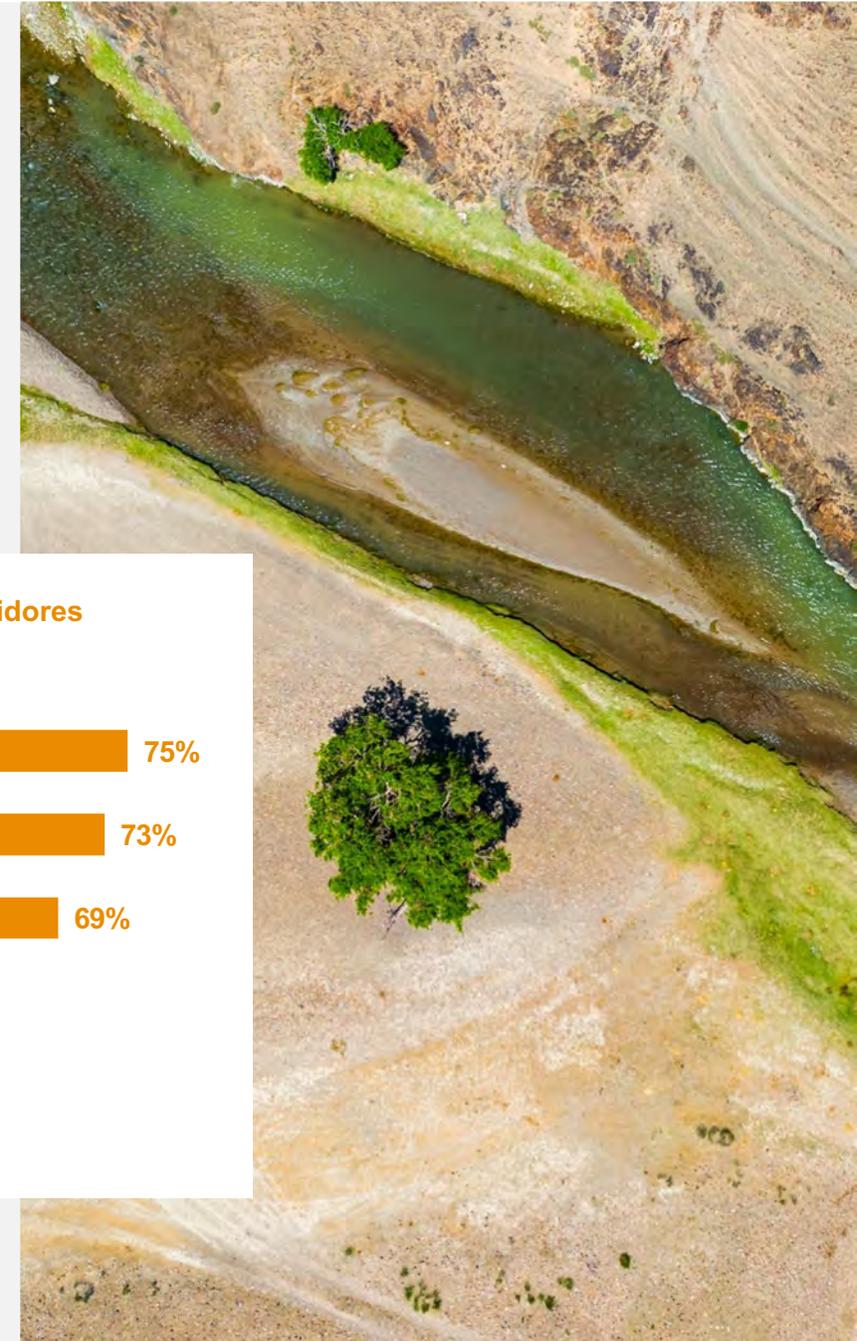
Estando a inovação em primeiro lugar na agenda dos investidores, tal apresenta uma oportunidade para o desenvolvimento de novos produtos e/ou serviços mais sustentáveis. 69% dos investidores acredita que esta seria uma forma eficaz de gerir os riscos ambientais. Contudo, apenas 25% dos CEO globais indica ter concluído a execução de medidas neste sentido. (4)

Eficácia das ações tomadas na perspetiva dos investidores

Percentagem de respostas



Fonte: PwC. Global Investor Survey



Definir metas

Uma das mais relevantes ações que devem ser desenvolvidas pelas empresas consiste na concretização de políticas, metas e planos de ação na área das alterações climáticas. Quando questionados sobre a existência de metas de redução das suas emissões, 54% dos inquiridos pelo nosso *survey* afirma tê-las definidas. Entre as que não têm, apenas 3% indica que não está sequer a considerar essa opção.

67% dos respondentes indica que as metas definidas se centram na redução das emissões absolutas, logo seguidas pelas de neutralidade carbónica (63%). As metas para o objetivo Net Zero são as que apresentam piores valores. Apenas 22% das empresas têm metas estabelecidas nesse campo.

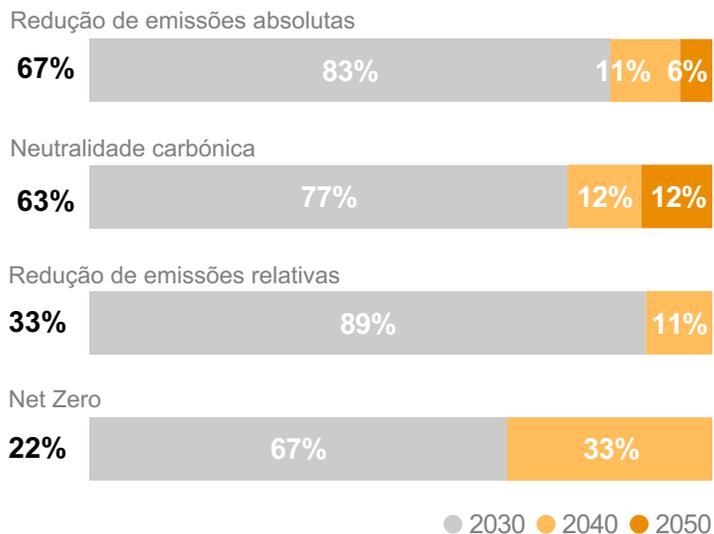
A maioria das empresas portuguesas inquiridas mostra-se relativamente ambiciosa no que toca ao horizonte temporal para alcançar os objetivos definidos, sendo que em todos os tipos de metas a maioria espera alcançá-las em 2030.

Apenas no caso da redução das emissões absolutas e da neutralidade carbónica são registadas empresas que têm como horizonte temporal o ano limite de 2050. Não obstante, no caso das metas Net Zero regista-se uma maior percentagem de inquiridos que projetam concretizá-las até 2040 (33%).

As metas de redução das emissões de âmbito 1 são as que estão no topo da agenda de 89% dos respondentes. A definição de metas para a redução das emissões de âmbito 3 não é, ainda, uma realidade entre os inquiridos.

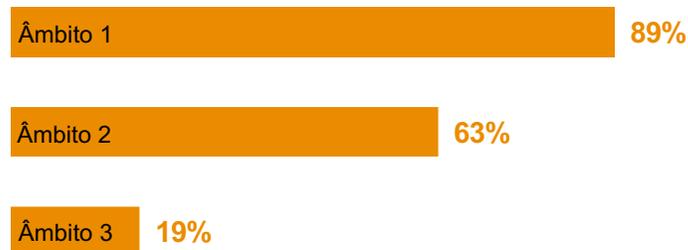
Metas definidas, por tipo e horizonte temporal

Percentagem de respostas | n = 27



Âmbito das metas definidas

Percentagem de respostas | n = 27



Fonte: Análise PwC

Science Based Targets Initiative

A *Science Based Targets Initiative* (SBTi) é uma iniciativa que visa promover a ação coletiva ao desafio das alterações climáticas, mediante definição de objetivos e metas ambiciosas por parte de todos os *stakeholders*, que assegurem a transformação necessária para o cumprimento das metas definidas no Acordo de Paris.

São já mais de cinco mil as empresas a nível global que estão comprometidas com esta transformação, das quais cerca de 2.700 possuem metas que têm a ciência como referência e de 1.800 assumiram um compromisso com o objetivo Net Zero.

Quando olhamos para os resultados do nosso *survey*, 44% dos inquiridos indica não ter as suas metas de redução de emissões alinhadas com os SBT, sendo que destes, 30% confessa não ter sequer conhecimento do que são. Entre os 56% que dizem estar em sintonia com esta iniciativa, 30% tem as suas metas reconhecidas pela SBTi.

A par da importância de estabelecer objetivos concretos para a redução das emissões da sua atividade, é fundamental que as empresas garantam o seu cumprimento. Entre os respondentes, 40% afirma ter um plano de ação definido para a redução e/ou cumprimento das metas, enquanto 26% diz tê-lo em fase de desenvolvimento. Por outro lado, 30% indica ter em curso iniciativas mas sem estarem associadas a um plano de ação.

Priorizar o reporte

A mudança passou a fazer parte do quotidiano das empresas, e a forma como estas comunicam com os seus *stakeholders* não está imune a isso. Os dados que são monitorizados e a informação que é divulgada têm, também, sofrido transformações significativas, resultando numa maior complexidade de todo o processo de reporte, o que inclui as questões de sustentabilidade.

À medida que os riscos e oportunidades associados às questões ESG foram ganhando foco, tornou-se essencial que muitas empresas desenvolvessem uma estratégia para o reporte da informação que lhe está associada. Um maior escrutínio dos investidores, as novas obrigações regulatórias, os índices ESG e as alterações nas expectativas dos consumidores representam novas pressões enfrentadas pelas empresas para medir e comunicar as suas iniciativas de sustentabilidade.

A par de outros temas, os *stakeholders* encaram as questões ESG como uma janela para o futuro de uma empresa. Assim, as métricas de performance e o reporte de sustentabilidade constituem indicadores importantes do seu estado atual.

Assim, ao integrar métricas ambientais nos relatórios consolidados da empresa, esta disponibiliza aos investidores e *stakeholders* informação de como está a definir estratégias e a implementar as medidas necessárias para um modelo de negócio mais sustentável e, conseqüentemente, mais competitivo e rentável no médio e longo prazo.

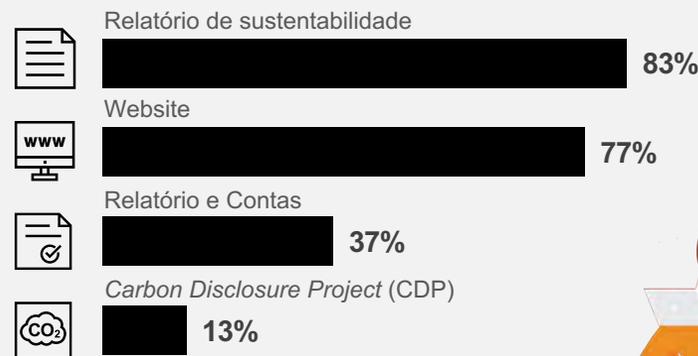
A par desta importante recolha de métricas de performance, a sua comunicação assume um papel fundamental para responder à necessidade de transparência exigida pelos *stakeholders*.

Se durante a última década o reporte não-financeiro tem apresentado um cariz maioritariamente voluntário, a tendência introduzida pela crescente regulação e legislação é de que este se venha a tornar obrigatório para a globalidade das empresas para as grandes empresas da União.

60% das empresas inquiridas divulga informação acerca da sua estratégia e desempenho na área do carbono e, fazem-no principalmente, através de um relatório de sustentabilidade (83%).

Meios de divulgação da informação sobre carbono

Percentagem de respostas | n = 50



Fonte: Análise PwC



Normas e frameworks de reporte não financeiro

Global Reporting Initiative (GRI)

Standards de relato de sustentabilidade mais utilizados globalmente, pela sua estrutura modular e pela abrangência dos temas que abordam.

Recomendações TCFD

Recomendações para as empresas reportarem informação financeira e não financeira sobre os riscos e oportunidades relacionados com o clima.

Recomendações TNFD

Tem como missão desenvolver um *framework* de divulgação de informação sobre os riscos e oportunidades relacionados com a natureza, tendo já publicado uma versão *draft* das suas recomendações.

↓ [Diretiva relativa ao Reporte de Sustentabilidade Corporativo \(CSRD\)](#)

Altera a Diretiva 2014/95/EU, foi publicada a 14 de dezembro de 2022 e irá abranger cerca de 50 mil empresas (uma inclusão de mais 84 mil entidades). Efeitos a partir de 1 de janeiro de 2024.

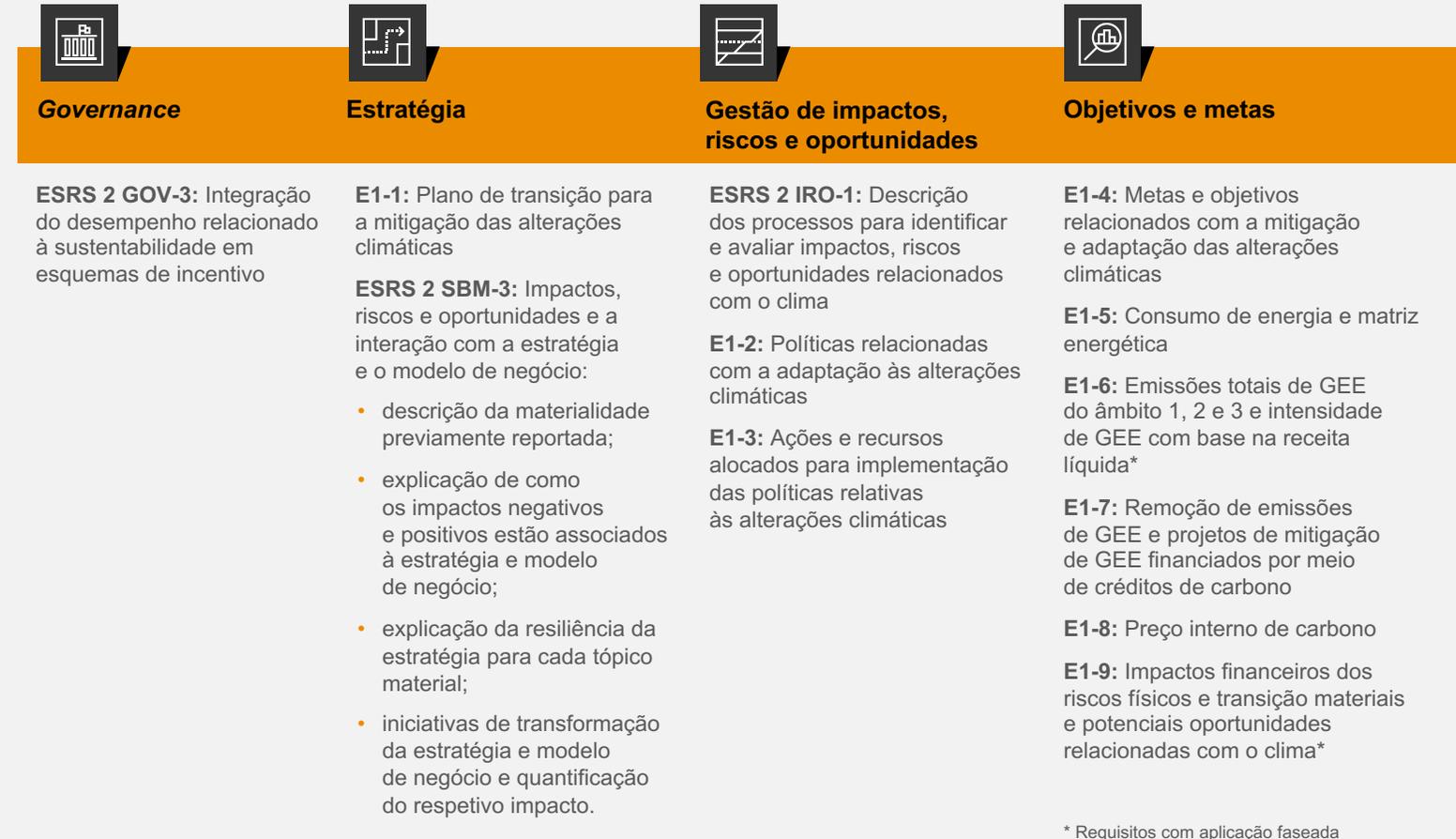
↓ [Normas ESRS](#)

introduzem diversos requisitos relacionados com o clima, que implicam: reporte de informação; definição e apresentação de planos de ação; metas para redução dos impactos negativos.

Normas ESRS

ESRS E1 “Climate Change” e outras relacionadas

Os ESRS introduzem diversos requisitos relacionados com o clima, que implicam não só o reporte de informação cuja monitorização é complexa, como também a análise de riscos e impactos, a definição e apresentação de planos de ação e metas para redução dos impactos negativos:



* Requisitos com aplicação faseada

Recomendações TCFD

Para apoiar as Organizações nos desafios relacionados com o reporte sobre o impacto financeiro das alterações climáticas, o *Financial Stability Board* criou um grupo de trabalho para o efeito, a *Task Force on Climate-Related Financial Disclosures (TCFD)*.

Ter em consideração e seguir as orientações emitidas pela TCFD, não só constitui um passo para que as empresas consigam conquistar uma maior credibilidade junto dos seus investidores, mas também uma oportunidade para que as estas possam identificar e gerir os riscos e oportunidades despoletados pelas alterações climáticas.

As recomendações de reporte do TCFD foram parcialmente integradas nos requisitos estabelecidos nas normas ESRS, passando por isso a fazer parte dos requisitos legais de reporte das empresas abrangidas pela Diretiva CSRD.

Os resultados deste estudo permitiram concluir que há ainda um longo caminho a percorrer para que se verifique um alinhamento entre as práticas de reporte ambiental das empresas portuguesas e as recomendações da TCFD.

De facto, quando questionadas sobre se consideram estas orientações no reporte produzido, 67% dos inquiridos indica não o fazer. Destes, 27% não têm esse alinhamento previsto, enquanto 40% dizem planejar fazê-lo no futuro. Dos 33% que afirmam integrar estas recomendações, apenas 3% divulga um relatório com informação financeira relacionada com as questões climáticas.

Garantir a qualidade e credibilidade da informação

A qualidade da informação reportada pelas empresas desempenha cada vez mais um papel fundamental para a tomada de decisão dos investidores.

A falta de confiança nos dados comunicados, sobretudo no que toca às questões ambientais, está a dificultar a alocação do capital necessário. De facto, 87% dos respondentes à edição de 2022 acredita que o reporte corporativo inclui alguma forma de *greenwashing*. (6)(9)

Para colmatar esta lacuna, é extremamente importante a existência de uma garantia da qualidade e fiabilidade dos dados apresentados, que forneça aos vários *stakeholders* a confiança necessária.

69% dos investidores mostra mais confiança no reporte de sustentabilidade que é certificado ou validado por uma entidade externa, sendo que que 75% afirma considerar mais credível a informação de sustentabilidade reportada nos casos em que existe uma garantia razoável de uma auditoria independente e 54% quando se trata de uma garantia limitada. (6)

Deste modo, trabalhar com um auditor independente para validar a informação de sustentabilidade poderá potenciar a credibilidade das empresas e gerar confiança entre os seus principais *stakeholders*.

Esta necessidade foi endereçada pela Diretiva CSRS, a qual introduz a necessidade de verificação independente da informação de sustentabilidade reportada.

Será exigida a execução um trabalho de auditoria de garantia limitada sobre o relatório de sustentabilidade das empresas, incluindo a sua conformidade com as normas ESRS, bem como a do processo implementado pela empresa para recolher e produzir o reporte divulgado.

Apesar de numa primeira fase o nível de garantia requerido ser limitado, a União Europeia pretende estabelecer que as empresas apresentem, num prazo de três a cinco anos após a aplicação da Diretiva, reportes com uma “garantia razoável”.

A garantia independente dos dados de sustentabilidade – como é o caso das emissões de âmbito 1, 2 e 3 – será, assim, mais do que um *nice-to-have*, mas de facto um requisito para cumprimento da regulação existente.

As empresas precisam, por isso, de desenhar e implementar mecanismos para a recolha e monitorização dos dados necessários, que permitam uma gestão mais eficiente da informação e que facilitem o processo de verificação independente.

Por estas razões é fundamental que existam mecanismos de controlo interno que garantam a qualidade dos dados recolhidos, bem como metodologias consistentes para o fazer, e que sejam aplicáveis e aplicados ao longo de toda a cadeia de valor.

Para construir a confiança exigida pelos *stakeholders* e criar valor, as empresas têm a possibilidade de alcançar este objetivo através de soluções de reporte externo e interno.

Reporte externo

Cada vez mais os *stakeholders*, sobretudo os investidores, recorrem a relatórios financeiros e de sustentabilidade para melhor compreender os riscos de exposição das empresas, e avaliar potenciais oportunidades de negócio. A expectativa é de existência de uma conformidade com as normas de reporte existentes e em vigor, de transparência, relevância e fiabilidade da informação divulgada. É importante que transmita de que forma está a sua empresa a gerir os riscos a que está exposta, bem como as suas perspetivas de criação de valor a longo prazo.

Reporte interno

Uma implementação bem sucedida de uma estratégia de sustentabilidade e que esteja integrada no core do negócio exige a comunicação de mais do que os tradicionais dados financeiros para a tomada de decisões. Uma tomada de decisão consciente e eficaz implica a recolha, monitorização e agregação de informação quanto à sustentabilidade, para gerir riscos e avaliar a performance quanto aos objetivos definidos. Os colaboradores, tanto atuais como futuros, mostram cada vez mais interesse pelas ações de responsabilidade ambiental e social das empresas para as quais trabalham. Partilhar o seus compromissos e iniciativas com a sua força de trabalho irá potenciar o seu envolvimento.

A resposta às questões climáticas e o reporte público que lhes está associado está a impactar as Organizações em várias dimensões



Concretizar o objetivo Net Zero



Estratégias que criam o ambiente para a mudança

A estratégia que a sua empresa define para atingir o objetivo Net Zero é uma decisão interna – as metas a definir, o cálculo da Pegada de Carbono, a compreensão dos riscos e oportunidades e dos impactos sociais e económicos resultantes das alterações climáticas são a base da estratégia.

Apesar das crescentes orientações neste sentido, não existe uma fórmula *one size fits all*, e cada Organização terá que o fazer atendendo à sua realidade.

A complexidade de compreensão de todos os pontos e as suas implicações implica a existência de um conjunto alargado de competências, as quais devem ser suportadas pela tecnologia. Só assim será possível a passagem efetiva da teoria à ação. Seja qual for o seu negócio ou setor de atividade, todos sem exceção precisam de conceber e implementar uma estratégia exequível e tangível para alcançar o Net Zero.



Transformação que potencia as iniciativas ESG

A transformação que a todos é exigida começa quando as Organizações integram totalmente as suas iniciativas de sustentabilidade no core do negócio, garantindo todo o investimento, financeiro e outro, necessário para a sua concretização.

As camadas de liderança desempenham aqui um papel crítico. Quando os líderes abordam com regularidade a importância das metas ESG – e quando divulgam o que as suas empresas estão a fazer para cumprir com a sua quota parte –, estão simultaneamente a enviar uma mensagem clara de que a sustentabilidade é essencial para sua estratégia de negócios e sucesso futuro.

Para atingir o objetivo Net Zero é necessário considerar mudanças a nível operacional, cultural e financeiro. Seja qual for a área de transformação, as metas climáticas devem ser baseadas na ciência, devidamente priorizadas e apoiadas por uma governação forte.



Reportar o sucesso

À medida que as empresas identificam as metas que precisam de atingir para ser Net Zero, é fundamental recolher métricas e monitorizar o progresso realizado em tempo útil.

É necessária a existência e a divulgação de dados robustos e fiáveis para um efetivo apoio à tomada de decisão, bem como para responder às crescentes exigências dos *stakeholders* e dos requisitos regulatórios.

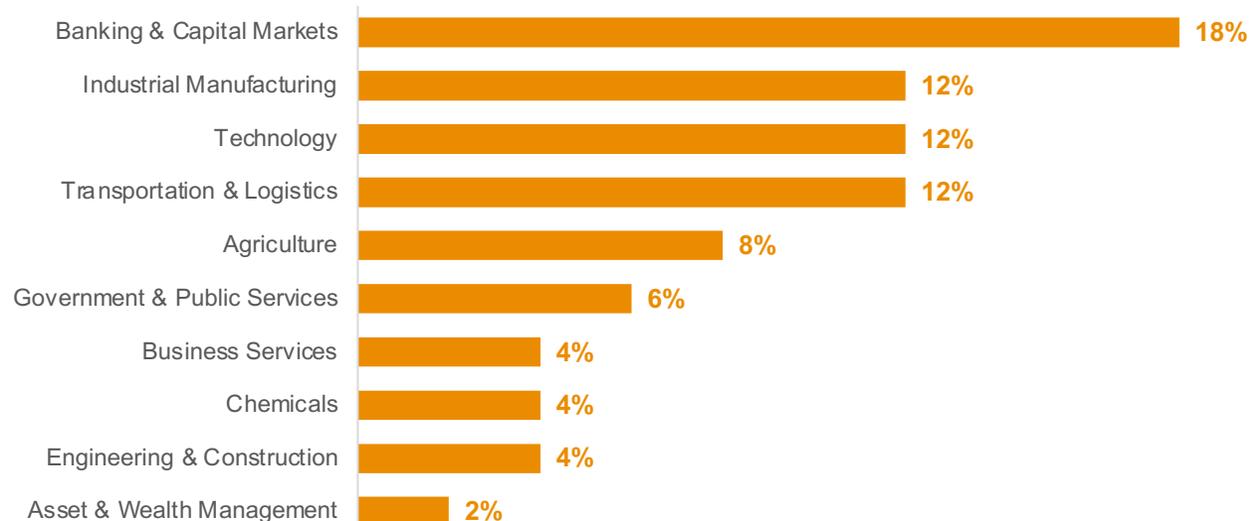
Ser transparente sobre as iniciativas Net Zero ajudará as empresas a aumentar a confiança dos seus acionistas, a atrair talento, a potenciar a fidelidade do cliente e a reforçar a sua reputação neste novo mercado “verde”.

Metodologia

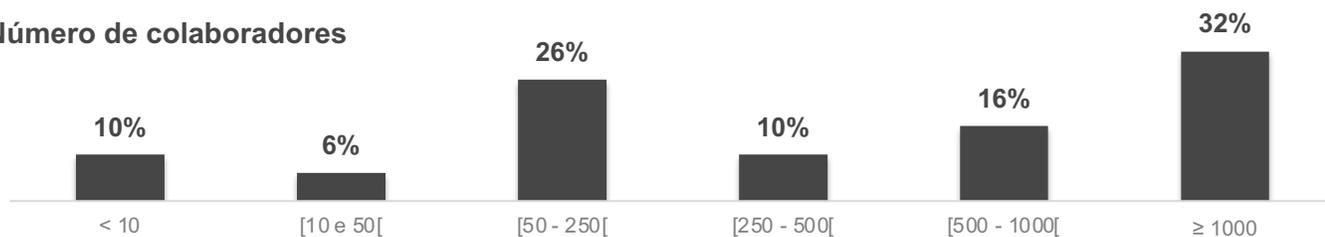
O presente estudo teve como base as respostas de 50 executivos portugueses, um inquérito realizado em 2022.

As empresas respondentes apresentam atividade na maioria dos setores económicos, havendo uma predominância do setor bancário. 48% são empresas de grande dimensão, com mais de 500 colaboradores.

Principais setores de atividade



Número de colaboradores



Notas finais

- (1) Fórum Económico Mundial (2023) Global Risks Report 2023
- (2) Strategy+Business (2023) *Managing nature risks: from understanding to action*
- (3) <https://sciencebasedtargets.org/resources/files/Beyond-Value-Chain-Mitigation-FAQ.pdf>
- (4) PwC (2023) *26º CEO Survey Global*
- (5) PwC (2021) *Global Investor Survey. The economic realities of ESG*
- (6) PwC (2022) *Global Investor Survey. The ESG execution gap*
- (7) Statista (2022) *Sustainable investing – solution or greenwashing?*
- (8) Schroders (2022) *Global Investor Study 2022*
- (9) Desinformação apresentada por uma Organização para apresentar uma imagem pública de sustentabilidade.

Elaboração do estudo

Sustainability and Climate Change

Ana Cláudia Coelho - Partner

Ana Luísa Martins - Manager

Knowledge & Research

João Rui Baptista - Senior Manager

Raquel Baptista Prazeres - Manager

Cátia Neves Paiva - Associate

Contactos

Cláudia Coelho

Sustainability and Climate
Change Partner
Tel: +351 213 599 357
ana.claudia.coelho@pwc.com

Pedro Santos Palha

Marketing & Business
Development, Senior Manager
Tel: +351 213 599 651
pedro.santos.palha@pwc.com

João Rui Baptista

Knowledge & Research
Senior Manager
Tel: +351 213 599 651
joao.rui.baptista@pwc.com

